

de 11 de Julho, e os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

15 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e hora da realização da prova de conhecimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — A lista de classificação final do concurso será notificada aos candidatos, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — João Carlos Pereira Cardoso, director de serviços.  
Vogais efectivos:

Olinda Maria Pires Vitorino Guerreiro, assessora principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

José Pedro Benevides Moreira de Campos, especialista de informática, grau 3, nível 2.

Vogais suplentes:

José António Correia Fernandes, auditor.

Maurício Alberto Esteves Geraldes, especialista de informática, grau 3, nível 2.

15 de Maio de 2006. — O Director-Geral Conselheiro, José F. F. Tavares.

**Programa da prova de conhecimentos específicos a utilizar no concurso de acesso geral à categoria de especialista de informática do grau 3, da carreira de especialista de informática, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas (sede).**

**Área funcional — Engenharia de software**

A prova escrita de conhecimentos específicos incidirá sobre como:

- Utilizar a linguagem de modelação UML para desenvolver modelos conceptuais, lógicos e físicos de um sistema de informação;
- Produzir especificações funcionais que possam ser utilizadas para desenvolver aplicações informáticas;
- Perceber e desenhar soluções nas arquitecturas cliente/servidor e *n-tier*;
- Saber organizar as aplicações em serviços de utilizador, negócio e dados;
- Saber utilizar diferentes tecnologias orientadas à conexão de dados (ADO, DAO) através de Visual BASIC para pesquisar e editar informação;
- Criar relatórios em aplicações através de Crystal Reports ou do Microsoft Data Report Designer;
- Criar controlos ActiveX;
- Construir *dynamic-link libraries* (dll's) que implementem o modelo COM e aplicá-las a ambientes multiutilizador através dos Component Services do Windows 2000 Server;
- Aplicar técnicas de *debugging* e de controlo de erros em aplicações desenvolvidas em Visual Basic;
- Conhecer os elementos que integram a linguagem SQL;
- Criar e gerir ficheiros, grupos de ficheiros, bases de dados e tabelas do MS SQL Server;
- Forçar integridade referencial através de *constraints, defaults, and rules* em MS SQL Server;
- Criar e manter índices em MS SQL Server;
- Escrever expressões de pesquisa que possibilitem a recuperação e a edição de informação que recorram a operadores lógicos e a «subqueries»;
- Gerir opções que assegurem transacções concorrentes sobre os dados;
- Criar *views* e *triggers*;
- Implementar serviços de negócio e de dados numa base de SQL Server através de *user defined functions* e *stored procedures*;
- Conhecer os conceitos de OLAP e Data Warehouse;
- Saber desenhar modelos multidimensionais em MS Analysis Services;
- Criar dimensões a partir de tabelas;
- Criar e manipular factos;
- Optimizar as opções de armazenamento e processamento dos cubos em MS Analysis Services;
- Utilizar expressões MDX e membros calculados;
- Utilizar MS Excel e as funcionalidades da tabela dinâmica (*pivot table*);
- Desenhar e implementar segurança em cubos criados no MS Analysis Services;
- Saber utilizar os Data Transformation Services (DTS) do MS SQL Server;
- Utilizar os DTS para copiar e gerir informação;

Executar pacotes de DTS e proceder à sua calendarização através do MS SQL Server Agent;

Automatizar o processamento de *cubes* através dos Data Transformation Services (DTS) do MS SQL Server;

Criar componentes COM+ que participem em transacções e que utilizem o modelo de segurança dos Component Services;

Importar um *web site* para o Visual Studio;

Melhorar a gestão e a qualidade do *site* através utilização do Site Designer e da aplicação de *cascading style sheets* (CSS);

Adicionar a páginas *web* componentes COM+, bem como *scripts* em VBS ou JS;

Saber adicionar código a páginas *web* capaz de detectar os tipos de *browsers* e otimizar o funcionamento para os mesmos;

Adicionar a «server scripting» a uma página *web* através de *active server pages* (ASP) e componentes COM;

Ler e escrever informação para um OLE DB provider a partir de ASP;

Criar componentes reutilizáveis a partir de Visual Basic;

Integrar soluções *web* com serviços de Microsoft Office;

Criar documentos em XML «bem formados» e válidos;

Criar DTD's e XML Schemas;

Utilizar XSL para transformar documentos em XML e apresentá-los num *browser*;

Utilizar XSL para transformar a estrutura da informação em XML;

Utilizar ASP, ADO e SQL XML para criar e apresentar informação em XML;

Adicionar e actualizar informação a partir de um cliente através de XML.

Bibliografia recomendada:

*The Unified Modeling Language Reference Manual*, James Rumbaugh, Ivar Jacobson e Grady Booch, Addison-Wesley, 1998;

*VB6 UML Design and Development*, Jake Sturm, Wrox Press, Birmingham, 1999;

*A Guide to the SQL Standard: A User's Guide to the Standard Database Language SQL*, Chris J. Date e Hugh Darwen, Addison-Wesley, 1997;

*An Introduction to Database Systems*, Chris J. Date, Addison-Wesley, 1994;

*Visual Basic 6 Curso Completo*, Nuno Nina, FCA — Editora de Informática, Lisboa, 2.ª ed., 1999;

*XML. A Nova Linguagem da WEB*, Pedro Coelho, FCA — Editora de Informática, Lisboa, 2.ª ed., 2000;

*Learning XML*, Erik T. Ray, O'Reilly & Associates, 2001;

*Professional Active Server Pages*, Alex Homer, David Sussman, Brian Francis, George Reilly, Esposito, Dino Esposito, Andrea Chiarelli, Craig McQueen, Godfrey Nolan, Simon Robinson, John Schenken, Kent Tegel, Wrox Press, Birmingham, 1999;

*The Data Warehouse Toolkit: The Complete Guide to Dimensional Modeling*, Ralph Kimball, Margy Ross, John Wiley & Sons, 2.ª ed., 2002;

*Professional SQL Server 2000 Data Warehousing with Analysis Services*, Chris Graves, Mark Scott, Mike Benkovich, Paul Turley, Robert Skoglund, Robin Dewson, Sakhr Youness, Denny Lee, Sam Ferguson, Tony Bain e Terrence Joubert, Wrox Press, Birmingham, 2001.

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**Despacho n.º 11 614/2006 (2.ª série).** — Por despachos do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, preferidos por delegação de competências:

De 24 de Março de 2006:

Doutor António Eduardo de Barros Ruano, professor associado com agregação na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 15 a 24 de Julho de 2006.

De 29 de Março de 2006:

Doutor Manuel Aureliano Pereira Martins Alves, professor auxiliar na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante os dias 17 e 18 de Abril de 2006.

De 7 de Abril de 2006:

Doutor Sérgio Manuel Machado Jesus, professor associado com agregação na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 11 de Abril a 2 de Maio de 2006.

Doutora Diana Ferreira Rodelo, professora auxiliar na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 7 a 14 de Abril de 2006.

De 19 de Abril de 2006:

Doutor Manuel Aureliano Pereira Martins Alves, professor auxiliar na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro no País durante o período de 2 a 7 de Julho de 2006.  
Mestre Daniel da Silva Graça, assistente na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 13 a 21 de Maio de 2006.

De 20 de Abril de 2006:

Doutora Maria da Graça Cristo dos Santos Lopes Ruano, professora associada na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 25 a 27 de Abril de 2006.

De 21 de Abril de 2006:

Doutora Maria da Graça Cristo dos Santos Lopes Ruano, professora associada na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 17 a 21 de Junho de 2006.

De 22 de Abril de 2006:

Doutor Manuel Aureliano Pereira Martins Alves, professor auxiliar na Faculdade de Ciências e Tecnologia — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 8 a 16 de Setembro de 2006.

4 de Maio de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

## UNIVERSIDADE DE AVEIRO

**Aviso n.º 6262/2006 (2.ª série).** — *Referência CND-CEI-14-DRH/2006.* — 1 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso externo de ingresso, autorizado por despacho de 10 de Maio de 2006 da reitora da Universidade de Aveiro, para provimento de um estagiário com vista ao preenchimento de um lugar de técnico de 2.ª classe (áreas afins às actividades das unidades e serviços), da carreira técnica, do quadro do pessoal não docente da Universidade de Aveiro, publicado pelo despacho n.º 12 009/99, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 23 de Junho de 1999, e alterado pelas deliberações do senado universitário n.ºs 866/2000, 1439/2000 e 1765/2003, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 164, de 18 de Julho de 2000, 272, de 24 de Novembro de 2000, e 269, de 20 de Novembro de 2003, respectivamente.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, 159/95, de 6 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, despacho n.º 12 009/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 23 de Junho de 1999, deliberação n.º 866/2000, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 18 de Julho de 2000, deliberação n.º 1439/2000, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 272, de 24 de Novembro de 2000, e deliberação do senado universitário n.º 1765/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 20 de Novembro de 2003.

4 — Conteúdo funcional — compete ao técnico de 2.ª classe o exercício de funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de um curso superior.

5 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração a auferir será a correspondente ao índice 222 previsto no anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, actualmente € 714,66, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5.1 — Local de trabalho — o local de trabalho é na Universidade de Aveiro, em Aveiro.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão — ao presente concurso poderão candidatar-se todos os indivíduos que, cumulativamente, reúnam:

6.1 — Requisitos gerais — as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a saber:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

6.2 — Requisitos especiais — possuir curso superior em Gestão e Planeamento em Turismo, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — Composição do júri do concurso e do estágio:

Presidente — Licenciada Ana Bela de Jesus Martins Dias, chefe de divisão dos Serviços de Relações Externas da Universidade de Aveiro.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria de Fátima Ramos Bola, técnica superior de 1.ª classe da Universidade de Aveiro.

Licenciada Nautília Maria Martins Maia, técnica de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.

Vogais suplentes:

Licenciado Hugo Miguel da Silva Curado, técnico superior de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.

Licenciada Maria Helena Ferreira da Costa, técnica de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.

7.1 — Substituirá a presidente, nas suas ausências, faltas e impedimentos, a 1.ª vogal efectiva e, nas ausências, faltas e impedimentos desta, a vogal nomeada imediatamente a seguir.

8 — A verificação dos requisitos de admissão e eventual exclusão de candidatos no concurso obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e designadamente ao estabelecido nos seus artigos 29.º a 35.º

9 — Métodos de selecção — serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- Prova de conhecimentos;
- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

9.1 — Prova de conhecimentos (PC) — consistirá numa prova escrita de conhecimentos gerais, com duração máxima de uma hora, de acordo com o programa aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, a seguir indicado:

### Prova de conhecimentos gerais

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

1.1 — Regime de faltas, férias e licenças;

1.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;

1.4 — Deontologia do serviço público.

2 — Estatutos e orgânica da Universidade de Aveiro.

### Legislação e bibliografia base essencial para a prova de conhecimentos gerais

#### Legislação

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto; Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 Maio (artigo 42.º), e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.